

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.958 - SP (2018/0092802-5)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : ALUVAN BRASIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS, PEÇAS, ACESSÓRIOS PARA BAÚS E CONTEINERES LTDA  
**ADVOGADOS** : CRISTIAN GADDINI MUNHOZ - SP127100  
JEFFERSON TAVITIAN - SP168560  
MAURO KIMIO MATSUMOTO ISHIMARU - SP212632  
CAMILA PENNACCHI BERNARDI - SP247603  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : MÁRCIO PEREZ DE REZENDE E OUTRO(S) - SP077460  
ALESSANDRO ALCÂNTARA COUCEIRO - SP177274  
HELENA LUCIANA FORASTIERI RODRIGUES - SP293079

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). NOVA PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/5. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ALUVAN BRASIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS, PEÇAS, ACESSÓRIOS PARA BAÚS E CONTEINERES LTDA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*JUSTIÇA GRATUITA. Pessoa jurídica. Empresa inativa. Recomendável a concessão da gratuidade judiciária à recorrente, a fim de não privá-la do acesso à justiça, observando-se a possibilidade de revogação do benefício caso demonstrada a cessação dos motivos que ensejaram a m concessão. BENEFÍCIO CONCEDIDO. AGRAVO RETIDO. Ação monitória. Decisão que afastou alegação de inépcia da inicial. Contrato bancário acompanhado de extratos e demonstrativo com a evolução o do débito, os quais constituem*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*documentos aptos para o o ajuizamento da ação monitória. AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. AGRAVO RETIDO. Laudo Pericial. Pedido de nova o perícia. Desacolhimento. Irresignação da recorrente não se LL ó refere à ausência de conclusão do Laudo Pericial, mas na discordância da parte quanto às conclusões periciais o que não constitui fundamento apto a justificar a realização de e ò nova perícia ou a complementação da já efetivada. ó AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. PRESCRIÇÃO. Ação monitória. Contrato bancário. Termo z inicial. Última movimentação da conta corrente e não a z data de assinatura do contrato. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. NOVAÇÃO. Inocorrência. Laudo Pericial consignou que a Cédula de Crédito Bancário não se tratava de novação da dívida cobrada na presente ação. RECURSO IMPROVIDO. JUROS REMUNERATÓRIOS. Contrato de crédito rotativo. Linha de crédito disponibilizada ao correntista com taxas de juros variáveis - informadas nos extratos - as quais incidem mensalmente apenas nos períodos que utilizada. Taxas de juros não devem ser limitadas a 12%. Súmula nº 530 do STJ. Laudo Pericial apurou que as taxas cobradas eram compatíveis com as praticadas no mercado financeiro. JUROS MANTIDOS. AGRAVOS RETIDOS E RECURSO DE APELAÇÃO IMPROVIDOS. (e-STJ, fls. 1.210/1.211)*

No recurso especial, a agravante alega violação ao disposto no artigo 480, § 1º, do CPC/73; ao artigo 466, do CPC/15; ao artigo 206, § 5º, inciso I, do CC/02, sustentando que o termo inicial da prescrição deve ser considerado outro pelo Tribunal de origem.

Defende a necessidade de realização de nova perícia, que fora indeferida no juízo *a quo*.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.246/1.258).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de

# Superior Tribunal de Justiça

Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, o princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (art. 131 do CPC) consigna caber ao magistrado apreciar livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos a sua devida valoração.

Nesse contexto, importante observar as conclusões do tribunal acerca da desnecessidade de produção de nova prova pericial:

*No Laudo Pericial produzido às fls. 887/917, em resposta ao quesito 2, letra "d", a Dra. Perita Judicial afirmou que a Cédula de Crédito Bancário nº O 1518776060 não se referia à novação da dívida cobrada na presente ação (fls. 900). É verdade que nos esclarecimentos de fls. 985/986 - considerando que a cédula de crédito bancário não seria objeto da lide - a Dra. Perita Judicial não respondeu ao quesito complementar solicitando esclarecimento a respeito de quais contratos teriam sido liquidados pela aludida cédula. Todavia, nos esclarecimentos de fls. 1.034/1.035 a Dra. Perita ratificou a resposta do quesito 2 de fls. 900 de que não teria relação entre a Cédula de Crédito Bancário nº 1518776060 e o contrato cobrado na monitória. Na verdade, a irresignação da recorrente não se refere à ausência de conclusão do Laudo Pericial, mas na discordância de parte dele quanto às conclusões periciais o que não constitui fundamento apto a justificar a realização de nova perícia ou a complementação da já efetivada. (e-STJ, fls. 1.213/1.214 - grifou-se)*

Dessa forma, restou expressamente consignado no acórdão do Tribunal de origem que não há necessidade de realização de nova perícia.

Nesse sentido:

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ISS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FUMIGAÇÃO. CONGÊNERES. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DA LISTA ANEXA À LC 116/2003 E À LEI MUNICIPAL 1.054/2003. PREVISÃO EM LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. [...]**

**II. Os arts. 130 e 131 do CPC consagram o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o Juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como para decidir quanto**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*à necessidade ou não da produção das que forem requeridas pelas partes, podendo, motivadamente, indeferir as diligências que reputar inúteis ou protelatórias.*

**III. Não há falar em cerceamento de defesa, quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência, nos autos, de elementos suficientes para a formação de seu convencimento.**

[...] VII. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 118.207/SP, Relatora a Ministra Assusete Magalhães, DJe de 23/9/2014 - grifou-se)

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. PARCELAMENTO. DESTINATÁRIO DA PROVA. JUIZ. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

[...]

**2. Cabe ao juiz, o destinatário final da prova, em sintonia com o sistema de persuasão racional adotado pelo CPC, dirigir a instrução probatória e determinar a produção das provas que considerar necessárias à formação do seu convencimento.**

[...] Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 533.843/MG, Relator o Ministro Humberto Martins, DJe de 1/9/2014 - grifou-se)

Portanto, elidir as conclusões do aresto impugnado demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Ademais, o Tribunal de origem afastou a alegação de consumação do lapso prescricional, sob o seguinte fundamento:

*Cuida-se de ação monitória lastreada em Contrato de Prestação de Serviços "Contas a Pagar - Folha de Pagamentos" n° 1239178 firmado em 26/10/2006 (fls. 11), sustentando o recorrente que o prazo prescricional quinquenal teria início na data de assinatura do contrato. Todavia, os extratos juntados demonstram que a conta fora movimentada 23/10/2009, data que deve ser considerada como termo inicial do prazo prescricional. Assim sendo, como a ação foi proposta em 29/02/2012, a dívida não foi*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*alcançada pela prescrição. Em relação à alegação de quitação, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial consignou que não houve novação e que a Cédula de Crédito Bancário nº 1518776060 não se referia à novação da dívida cobrada neste processo. Aliás, pelo extrato de junho de 2009 (fls. 31/32) pode-se constatar que a cédula de crédito bancário não liquidou o contrato cobrado na presente ação, mas outros financiamento nos valores de R\$100.200,00, 106.508,47 e R\$96.499,38. (e-STJ, fl. 1.214 - grifou-se)*

Portanto, asseverou o Tribunal de origem, tão somente, que o termo inicial não pode ser considerado o da assinatura do contrato, pois os extratos juntados demonstram que a conta fora movimentada 23/10/2009, data que deve ser considerada como termo inicial do prazo prescricional.

Assim, cabe asseverar que o exame da questão posta pela agravante, concernente ao termo diverso da prescrição, sendo a assinatura do contrato, não pode ser examinado por esta Corte Superior, por tratar-se de matéria unicamente de provas, o que o torna obstado pela Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. OPERAÇÕES BANCÁRIAS INDEVIDAS, OCASIONANDO SALDO NEGATIVO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. REEXAME DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. Segundo as instâncias ordinárias, o autor tomou conhecimento do dano, qual seja o prejuízo financeiro refletido pelo saldo bancário negativo, e da autoria, porquanto tinha ciência de que o saldo a descoberto adveio de falha na prestação do serviço prestado pelo banco demandado, em meados de 1997. Demanda ajuizada em 2004, quando já ultrapassado o prazo previsto no artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor.*

*2. Independentemente da ciência dos motivos que levaram à situação, já era do conhecimento do autor, desde 1997, que sua conta bancária estava negativa, por operações indevidas ocorridas por falha da instituição financeira, de modo que não*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*há como afastar a ocorrência da prescrição quinquenal.*

**3. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ.**

**4. Agravo interno não provido.**

(AgInt no AREsp 1069787/RJ, Rel. Ministro **Lázaro Guimarães** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), **Quarta Turma**, julgado em 19/10/2017, DJe 25/10/2017 - grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. PRESCRIÇÃO. NÃO CONSUMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE SE EXTRAIR O TERMO INICIAL DO CONJUNTO DE FATOS E PROVAS COLACIONADOS AOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. DOBRA ACIONÁRIA. PRETENSÃO AFASTADA. NECESSIDADE DE VERIFICAR A DATA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES. INAFASTÁVEL, MAIS UMA VEZ, A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RECORRENTE. TESE RECHAÇADA NA ORIGEM. RESPONSABILIDADE DA SUCESSORA PELAS AÇÕES NÃO SUBSCRITAS PELA EMPRESA INCORPORADA. ADEMAIS, NÃO HÁ COMO VERIFICAR QUE A TELEPAR FOI INCORPORADA PELO GRUPO TIM, E NÃO PELA OI S.A. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

*1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

**2. A alteração do entendimento firmado no aresto impugnado - acerca do termo inicial da prescrição e da sua consequente consumação - só seria possível mediante o revolvimento do acervo fático-probatório do respectivo processo, providência vedada nesta instância extraordinária em decorrência do disposto na Súmula 7 do STJ, não sendo o caso de reavaliação da prova.**

*3. A Súmula 7/STJ constitui óbice, mais uma vez, ao conhecimento do apelo nobre, em relação à dobra acionária, haja vista que o acolhimento da tese recursal, no ponto, exige que se adentre a seara fático-probatória deste processo para*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*verificar a data de integralização das ações.*

*4. A temática acerca da suposta ilegitimidade passiva da insurgente para responder pela dobra acionária foi solucionada pelo acórdão recorrido em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, no sentido de que a Brasil Telecom (atual Oi S.A.) sucedeu, por incorporação, a Telepar - Telecomunicações do Paraná, cabendo-lhe responder pelas ações não subscritas pela empresa incorporada. Precedentes.*

*Outrossim, a análise da alegação recursal de ilegitimidade passiva, ao argumento de que a Telepar foi incorporada pelo Grupo TIM, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, os quais encontram óbice nas Súmulas 5 e 7 desta Corte.*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1024038/PR, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, Terceira Turma, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017 - grifou-se)*

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Com base em tais premissas, a título de honorários recursais, sendo fixada inicialmente verba honorária em 10% sobre o montante da condenação (e-STJ, fl. 1.168), a majoração dos honorários para 15% é medida que se impõe.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

